

FOLHA DE S. PAULO 27 SET 2011

CNJ sofre pressão para adiar processos contra magistrados

Supremo Tribunal Federal pode votar amanhã ação que restringe atuação do Conselho Nacional de Justiça

A pedido de advogado, CNJ adia julgamento de presidente do TRE-RJ, Luiz Zveiter, acusado de favorecer empreiteira

**SHEILA D'AMORIM
FELIPE SELIGMAN**
DE BRASÍLIA
ITALO NOGUEIRA
DO RIO

Na véspera de um julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) que poderá esvaziar seu poder de atuação, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) incluiu em sua pauta de discussão 11 processos que podem punir magistrados por conduta irregular.

Nos últimos dias, acusados de irregularidades tentaram evitar seus respectivos julgamentos antes de o STF se pronunciar sobre o CNJ.

A **Folha** apurou que não é tão comum, em um mesmo dia, a análise de um volume grande de casos envolvendo questões disciplinares.

Ação restringindo a atuação do CNJ, proposta pela AMB (Associação dos Magistrados do Brasil), está prevista para ser julgada amanhã no Supremo.

Se somados, o CNJ terá mais de 20 casos de juízes investigados na pauta de julga-

mento neste mês.

Ao longo deste ano, houve uma guerra velada que colocou em lados opostos a corregedora nacional de Justiça, a ministra Eliana Calmon, e o presidente do CNJ e do STF, o ministro Cezar Peluso.

Em entrevista à APJ (Associação Paulista de Jornais), Calmon criticou a iniciativa atacando seus pares, sem citar nomes:

“Acho que é o primeiro caminho para a impunidade da magistratura, que hoje está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga”, declarou.

O conselho começou a funcionar em 2005 e já condenou 49 magistrados. Recentemente, porém, ministros do Supremo concederam liminares, suspendendo decisões do

“ É o primeiro caminho para impunidade da magistratura, com problemas de infiltração de bandidos atrás da toga

ELIANA CALMON
corregedora do CNJ

CNJ que determinavam o afastamento de magistrados.

Ontem, o CNJ decidiu adiar o julgamento do presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Rio de Janeiro, Luiz Zveiter.

Segundo Eliana Calmon, o adiamento aconteceu a pedido do advogado de Zveiter, o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, que está fora do país.

Estava em pauta a análise de abertura de procedimento disciplinar contra o Zveiter. O pedido incluiu o afastamento do magistrado até a conclusão do processo.

As supostas irregularidades ocorreram no ano passado, quando ele era presidente do Tribunal de Justiça.

O caso foi a plenário em fevereiro, quando três conselheiros foram favoráveis ao afastamento e à abertura de processo disciplinar. Saiu da pauta para análise de suspeição de dois conselheiros.

Segundo a corregedoria, há indícios de que informações prestadas por Zveiter beneficiaram a construtora RJZ Cyrela, cliente do escritório de parentes seus, na disputa por registro de terreno na Barra da Tijuca.

Zveiter, o escritório de advocacia e a Cyrela afirmam que o terreno em disputa não tem relação com empreendimentos da construtora.

27 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça confirma suspensão de blog que usava domínio da Folha

DE SÃO PAULO - A Justiça paulista julgou parcialmente procedente pedido da Empresa **Folha da Manhã S/A**, que edita a **Folha**, e determinou a suspensão definitiva do nome de domínio **falhadespaulo.com**. Cabe recurso.

O processo começou depois que os irmãos Mario e Lino Bocchini criaram o blog "Folha de S. Paulo", registrando o domínio na internet com logomarca e elementos gráficos semelhantes aos do jornal.

Em seu pedido, a **Folha** argumentou que não pretendia coibir a paródia, mas sustentou que o réu violou a propriedade da sua marca, podendo induzir o consumidor a erro.

A suspensão do registro já havia sido determinada em liminar, contra a qual os irmãos recorreram sem sucesso no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em sua sentença, do dia 21, o juiz Gustavo Coube de Carvalho, da 29ª Vara Cível, disse ser evidente a semelhança entre a

marca e o nome de domínio, trocadilho com a "clara imitação da logomarca do jornal".

Para o magistrado, o conteúdo crítico do site não revelaria violação dos direitos de marca do jornal. Mas ele considerou que o site também tinha conteúdo comercial, como o sorteio de assinaturas da revista "Carta Capital", caracterizando contaminação do nome de domínio, determinando, então, a suspensão definitiva.

O juiz rejeitou pedido de dano moral feito pela **Folha**. Considerou "descabida" a imposição ao réu "de se abster de utilizar de imagens, logomarcas e excertos do jornal", o que caracterizaria "indevida limitação ao direito de livre manifestação do pensamento, criação, expressão e informação".

Igualmente, rejeitou o pedido de reparação feito pelos irmãos, que alegaram "indevida exposição de sua imagem" provocada pelo que chamam de "censura disfarçada".

27 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

RUÍDO

Não convidem para a mesma mesa os ministros Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Os dois tiveram uma discussão ácida há alguns dias depois que Mello pediu vista do processo em que um advogado do Espírito Santo defendia o impeachment de Mendes. Mello depois votou com os colegas e o caso foi arquivado por unanimidade. Mas Mendes acha que o colega o submeteu a um desgaste desnecessário.

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria apoia Folha contra União

Jornal tem direito a obter informações sobre os gastos federais com publicidade,

diz subprocurador da República

27 SET 2011

No seu parecer ao STJ, Antonio Fonseca afirma que lei exige transparência; Secom prefere não comentar

O Ministério Público Federal enviou parecer ao Superior Tribunal de Justiça defendendo o direito da **Folha** de obter informações sobre gastos do governo federal com publicidade. O pedido foi negado pela Secretaria de Comunicação da Presidência.

Segundo o subprocurador-geral da República Antonio Fonseca, só não podem ser divulgados os dados "imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, ou que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas".

A ministra Helena Chagas (Secom) negou pedido da **Folha**, feito em 10 de março, para obter os relatórios anuais do Instituto para Acompanhamento de Publicidade.

A intenção é conhecer os "valores totais gastos por todos os órgãos das administrações federais direta e indireta com publicidade e propaganda nos anos de 2000 a 2010, inclusive o atual período, discriminando-os por categoria, por tipo de mídia, por veículo de comunicação e por

agência de publicidade".

Chagas alegou que não tem todas essas informações e que não divulgaria os valores destinados para cada veículo para "preservar a estratégia de negociação de mídia promovida anualmente pela Secom com esses veículos".

O jornal então entrou com um mandado de segurança no STJ, em 4 de abril, sob o argumento de que a divulgação dos gastos com publicidade é de interesse público, garantida pela Constituição.

Em seu parecer ao STJ, Antonio Fonseca diz que "é fácil concluir que a preservação da estratégia de negociação de mídia promovida anualmente pela Secom com os veículos de comunicação não constitui escusa para o fornecimento das aludidas informações", afirmou.

Ele também diz que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a transparência dos gastos, pela "liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária".

Não há prazo para que o STJ julgue o pedido da **Folha**. O relator do caso é o ministro Arnaldo Esteves Lima.

A **Folha** ligou ontem duas vezes para a Secom, mas a secretaria não comentou o parecer do Ministério Público até a conclusão desta edição.

Retirar sigilo não é importante agora, diz Temer

O vice-presidente Michel Temer disse ontem que o projeto para regulamentar o acesso a informações oficiais não é relevante agora.

"É uma discussão tão de pouco significado técnico. Daqui a cinquenta anos, o presidente fulano de tal pode dizer: 'Foi decretado o sigilo desses documentos e agora não tem mais sigilo'."

Embora tenha dito que a aprovação não é relevante neste momento, diz "reconhecer que o ideal é retirar todo e qualquer sigilo".

Temer participou ontem da 3ª edição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável 2011, em Nova York.

A posição de Temer contrasta com a da presidente Dilma Rousseff, que na semana passada, também em visita à cidade, citou o projeto como avanço na busca por transparência no país.

O projeto de Lei de Acesso às Informações Oficiais está sendo debatido em comissão do Senado.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Condomínio

27 SET 2011

Sobre o texto "STF proíbe exigir que morador de rua fechada pague condomínio" (**Cotidiano**, 23/9), informamos que o Residencial Parque dos Príncipes é um bairro planejado, com vias abertas, de acesso livre aos passantes.

O senhor Rubens Correia não é morador do Parque dos Príncipes há pelo menos dois anos, e o processo movido pela APRPP (Associação dos Proprietários do Residencial Parque dos Príncipes) contra ele, em nome de todos os proprietários do residencial, decorreu do "enriquecimento sem causa" do então dono de um imóvel no Parque dos Príncipes, pois as benfeitorias realizadas são revertidas a toda a comunidade sem distinção.

Também não existe nenhum morador que esteja perdendo seu imóvel ou que o tenha tido penhorado nas ações judiciais. Cada caso é avaliado individualmente e, rotineiramente, a associação negocia acordos de conciliação com os inadimplentes.

CLARICE PEREIRA, assessora de imprensa da Associação dos Proprietários do Residencial Parque dos Príncipes (São Paulo, SP)

RESPOSTA DOS JORNALISTAS ELIANE TRINDADE E REYNALDO TUROLLO JR. - A rua onde Rubens Correa morou é fechada por cancela e tem guarita. O advogado do ex-morador diz que ele foi obrigado a pagar o rateio. Leia abaixo a seção "Erramos".

ERRAMOS

COTIDIANO (23.SET, PÁG. C5) A reportagem "STF proíbe exigir que morador de rua fechada pague condomínio" não informou que Rubens Correa, alvo de ação movida pela APRPP (Associação dos Proprietários do Residencial Parque dos Príncipes), mudou-se do local há dois anos.

23 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

STF proíbe exigir que morador de rua fechada pague condomínio

Decisão diz que é inconstitucional cobrar taxas mensais de moradores, como as de segurança

Para o promotor José Carlos de Freitas, o Supremo criou um precedente que pode virar jurisprudência

Morador de uma rua fechada numa área nobre do Butantã, zona oeste de SP, o juiz Rubens Corrêa foi condenado a pagar R\$ 28 mil de mensalidades "em atraso", a título de rateio de despesas.

A ação movida pela Associação de Proprietários do Parque dos Príncipes foi julgada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ano passado. O morador recorreu.

Na terça, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que esta cobrança é inconstitucional, ao analisar recurso de um dono de dois lotes de um residencial no Rio de Janeiro.

Por unanimidade, a Primeira Turma do STF acatou o argumento do ministro Marco Aurélio de que a associação de moradores não poderia compelir o proprietário a se associar ou lhe impor contribuições compulsórias.

"A associação pressupõe a vontade livre e espontânea do cidadão em associar-se."

Nos tribunais, no entanto, prevalece o entendimento de que os proprietários devem pagar taxas por usufruir dos serviços prestados

"O TJ-SP tem dito que se você sai da sua casa e percorre o bairro, está usufruindo dos trabalhos da associação, que valorizam a área", afirma Antonio Souza Aranha, advogado de Corrêa. "É absurdo."

MOVIMENTO CONTRÁRIO

Desembargador aposentado, Aranha, morador da área, também move ação contra associação. "Há moradores perdendo os imóveis, penhorados em ações de até R\$ 50 mil, para pagar essas taxas", diz.

Segundo a assessoria da Associação do Parque dos Príncipes, 85% das causas foram julgadas a favor dela e apenas 10% dos moradores se negam a pagar o rateio.

Para o promotor José Carlos de Freitas, o STF criou um precedente, que pode virar jurisprudência. "As vilas e ruas fechadas não são ilegais, já que são autorizadas por lei municipal, mas são inconstitucionais pelo fato de privatizar o espaço público."

Em São Paulo, nas áreas de dez subprefeituras há 197 ruas fechadas pelos moradores, de acordo com a prefeitura.

Pela lei, 70% dos moradores devem concordar com o fechamento, analisado ainda pela CET e outros órgãos.

A Associação Amigos do Jardim Olímpia (zona oeste) cobra R\$ 210 por mês das 315 casas da área para pagar 18 funcionários, 14 deles vigilantes. "O governo não dá segurança, então temos que nos proteger", diz o presidente da entidade, Antônio Parente.

Segundo ele, 40 moradores se recusam a pagar, mas não são acionados na Justiça. "Pagamos pela tranquilidade de todos. Aqui não tem assalto."

Proprietário diz que foi vítima de "extorsão"

"Isso é coisa de milícia branca. Fui vítima de uma extorsão." Foi como o comissário de polícia Franklin Vieira, 60, definiu a cobrança de taxas de serviços feita pela AMF (Associação de Moradores Flamboyant).

A disputa judicial que chegou ao STF teve início em 2000, com a criação da entidade que cuida da rua, na zona oeste do Rio. A cobrança começou em R\$ 50. Hoje é de cerca de R\$ 200.

Processado pela AMF, Vieira teve um imóvel penhorado pela Justiça.

A AMF diz que cuida dos interesses de um condomínio privado e que vai recorrer.

27 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

ALMIRANTE TAMANDARÉ

Justiça no Bairro

O programa Justiça no Bairro, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) oferecerá atendimentos judiciais em uma parceria com a Prefeitura de Almirante Tamandaré, no Ginásio de Esportes Buzatão da cidade, nos dias 18 e 19 de novembro. Serão realizadas audiências de conciliação em trâmite na Vara de Família e atendimento à demanda reprimida na área consensual com a presença das partes envolvidas. Desde o dia 1º de agosto até o dia 20 de outubro, também estão abertas as inscrições para o casamento coletivo que será realizado no evento.

Babá acusada de agredir criança é presa em São Paulo

Já está presa na Cadeia Feminina de Santos, litoral sul de São Paulo, a babá acusada de torturar uma criança de apenas 1 ano e 8 meses, no Guarujá. A mãe do garoto só acreditou nos maus-tratos após instalar duas câmeras no interior de sua residência, no condomínio Cidade Atlântica, quando constatou imagens estarrecedoras: a mulher de 31 anos, que parecia dócil na sua frente, empurrava o menino com brutalidade e até o puxava por apenas um braço, com violência, comprometendo a integridade física da criança.

A desconfiança da mãe só começou depois que vizinhos a alertaram de que a babá estava agredindo o garoto. Chegou a dar tapas no rosto do menino, quando passeava com ele pelo condomínio.

Diante da denúncia, a mãe resolveu instalar duas câmeras em sua casa, fato que era do conhecimento da babá, que tinha um comportamento na frente da patroa e outro quando estava sozinha com o menino.

Abalada com as imagens, a mãe, que não quer se identificar, denunciou o fato à Polícia. O delegado Carlos Schneider, da delegacia-sede de Guarujá, indiciou a babá por tortura, solicitando, de imediato, sua prisão preventiva. Schneider ficou surpreso com o comportamento da mulher, que demonstrou frieza durante o interrogatório. Ela disse que sabia da existência das câmeras, mas que não se preocupou com o fato, por entender que os safanões eram algo normal e que não estava fazendo nada de errado.

27 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

Nepotismo

O Ministério Público entrou com ação civil pública por improbidade administrativa contra o prefeito de Ubatã, Fábio de Oliveira D'Alécio, o secretário municipal de Administração Neri Wanderlind e seu filho, Vitor Mayer Wanderlind, e o responsável pelo setor de Licitações do Município, Rubem Pedro do Amaral. O MP sustenta que o secretário, irregularmente, pois ocupa função como servidor público, constituiu uma empresa com o filho, na época ainda adolescente, como sócio. Para piorar, a empresa participou de diversas licitações promovidas pela prefeitura, tendo sido vencedora de procedimentos licitatórios que representam a R\$ 129.827,00 de verba pública. A Promotoria requer, liminarmente, o afastamento de Neri do cargo.

EM ALTA

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) mudou os prazos do recadastramento biométrico. Os eleitores que votam em Curitiba e nasceram em janeiro, fevereiro e março devem ir ao TRE até 31 de outubro. Quem não comparecer nesse prazo terá dificuldades para fazer o recadastramento.

27 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso tenta votar emenda para blindar CNJ

Senador colhe assinaturas para PEC que deixa claro o poder da Corregedoria Nacional de investigar juízes sem precisar esperar por tribunais locais

Para blindar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de ataques corporativistas e ameaças de esvaziamento, o Congresso prepara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que imunizará o órgão. O texto deixará claro que a Corregedoria Nacional tem poder de investigar e punir juízes e não precisa ficar a reboque dos tribunais locais, mais sensíveis a argumentos corporativistas. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO), autor da proposta, começa hoje a coletar as assinaturas.

A mudança na Constituição também pode encerrar a discussão travada desde o ano passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os limites da competência da Corregedoria Nacional. A controvérsia se arrasta há quase dois anos e tem limitado a atuação da Corregedoria e levado de volta ao cargo juízes que foram afastados por denúncias de irregularidades.

Uma parte dos ministros do STF encampa a tese de que a Corregedoria deve aguardar as investigações e julgamento nos tribunais locais antes de intervir nos casos. A Corregedoria funcionaria como uma instância recursal dos tribunais locais. Poderia, eventualmente, mudar as decisões das corregedorias locais, mas não teria competência para abrir por sua própria conta processos contra os magistrados.

As corregedorias dos tribunais de Justiça poderiam segurar os processos até próximo ao prazo de prescrição da irregularidade. Depois, arquivariam o caso. A Corregedoria Nacional já não teria mais o que fazer quando soubesse do arquivamento. O cenário pode parecer improvável, mas o ex-corregedor Gilson Dipp e a atual corregedora, Eliana Calmon, já se depararam com vários casos como esses.

Ao contrário dessa corrente, uma minoria entende que a Constituição garante à Corregedoria o poder de processar magistrados independentemente de decisões dos tribunais locais. As tentativas dos tribunais locais de proteger seus integrantes de processos disciplinares encontrariam o obstáculo da possível atuação da Corregedoria Nacional. Uma denúncia que tivesse como destino certo a gaveta de um tribunal estadual poderia ser apurada paralelamente pela Corregedoria do CNJ, menos sensível aos argumentos corporativistas dos tribunais locais.

Demóstenes quer que essa visão minoritária hoje no STF esteja expressa na Constituição. "Não se pode deixar que a Corregedoria vire um órgão recursal. Isso praticamente mataria o poder correccional do CNJ."

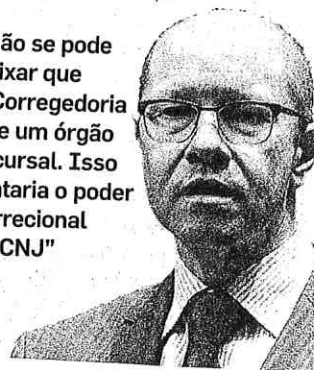
Recuo. O CNJ nasceu como órgão de controle do Judiciário e tinha como um dos objetivos minorar o corporativismo e a proteção a magistrados suspeitos de irregularidades. Deixar a Corregedoria Nacional na dependência da atuação dos tribunais locais seria, para o senador, inverter o que foi projetado com a criação do CNJ. "Jogaríamos fora toda a reforma do Judiciário."

● Advertência

DEMÓSTENES TORRES

SENADOR (DEM-GO)

"Não se pode deixar que a Corregedoria vire um órgão recursal. Isso mataria o poder correccional do CNJ"



27 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

FORUM DO LEITOR

ESCLARECIMENTO **Medina e Carreira Alvim**

É falsa, absolutamente falsa, a afirmação constante do editorial *O Supremo e o futuro do CNJ* (26/9, A3) de que, na “época do julgamento de Medina e Carreira Alvim”, eu teria, como “presidente do órgão”, defendido – “sem sucesso (*sic*) – que os processos ficassem sob responsabilidade das corregedorias do STJ e do TRF da 2.^a Região e que a sessão fosse sigilosa, para não constranger os acusados”. No Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não participei, de nenhum modo, do processo administrativo, nem do julgamento dos juízes Medina e Carreira Alvim, nem manifestei, a quem quer que seja, opinião a respeito de uma e de outra coisas. O julgamento foi presidido pelo vice-presidente, ministro Ayres Britto. E essa deliberada distância do caso foi adotada pela boa razão de que pretendi evitar que minha posição como supervisor do inquérito policial, que como relator acompanhei e fiscalizei no Supremo Tribunal Federal (STF), interferisse de alguma maneira na condução e no julgamento do processo administrativo perante o CNJ. E esclareço mais, como contribuição à verdade, a que todos devemos reverência, que, para aposentar compulsoriamente aqueles dois magistrados, o CNJ não produziu nenhuma prova decisiva, senão que se baseou no meu voto de relator e nos elementos coligidos no inquérito policial, que deu suporte ao recebimento da denúncia na ação penal ainda em curso no STF!

**CEZAR PELUSO, presidente do
STF e do CNJ**

26 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

O Supremo e o futuro do CNJ

Uma das principais decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que começou a funcionar em 2005, foi a de fiscalizar, processar e aplicar sanções administrativas a magistrados envolvidos com corrupção, nepotismo e tráfico de influência. A tarefa cabia às corregedorias dos tribunais, mas muitas delas foram corroídas pelo corporativismo. A pretexto de preservar a “imagem da Justiça”, essas corregedorias deixavam de expor irregularidades de todo o tipo, cometidas por juízes.

Em seis anos de atuação, o CNJ condenou 49 magistrados. Desse total, 24 foram punidos com a pena máxima no plano administrativo – a aposentadoria compulsória. Os casos mais numerosos foram os do ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do desembargador José Eduardo Carneira Alvim, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2.ª Região. Acusados de favorecerem máfias dos caça-níqueis, eles foram aposentados em 2010. Além disso, o CNJ colocou 6 magistrados em disponibilidade, afastou 15 provisoriamente, removeu 2 compulsoriamente e submeteu 1 à sanção de censura. Em 2009, as punições atingiram um corregedor do Tribunal de Justiça (TJ) da Região Norte, que foi aposentado por engavetar processos contra desembargadores da Corte.

Apesar da contribuição que tem dado para impedir que uma minoria de juízes acusados de desvio de conduta comprometa a autoridade de uma corporação integrada por 14 mil magistrados, o CNJ está correndo o risco de perder atribuições e ser esvaziado. Isto porque, pressionada pelas corregedorias dos tribunais, a Associação dos Magistrados Brasileiros

(AMB) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando as prerrogativas do órgão encarregado do controle externo do Judiciário. A AMB alega que o CNJ não teria competência para punir e que só poderia atuar nos casos de omissão das corregedorias dos tribunais.

A ação já está na pauta do STF e seu relator, ministro Marco Aurélio Mello, tem sido um crítico do CNJ. Além do apoio público de entidades sindicais da magistratura, o recurso da AMB tem o endosso velado de membros do CNJ que são juízes de carreira. É o caso do presidente do órgão, Cezar Peluso. Na época do julgamento de Medina e Carneira Alvim, ele defendeu – sem sucesso – que os processos ficassem sob responsabilidade das corregedorias do STJ e do TRF da 2.ª Região e que a sessão fosse sigilosa, para não constranger os acusados. Durante anos, Peluso atuou ao lado do presidente da AMB, desembargador Nelson Calandra, no TJSP.

Indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho, outro conselheiro que quer esvaziar o CNJ é o juiz Lúcio Munhoz. Empossado em agosto, ele apresentou uma proposta para que os procedimentos disciplinares contra juízes acusados de irregularidades fiquem a cargo dos tribunais a que pertencem. A proposta tem o mesmo objetivo do recurso da AMB. Ela foi divulgada por e-mail como espécie de “questão de ordem” às vésperas de uma sessão do CNJ convocada para julgar um procedimento envolvendo um juiz do Maranhão, acusado de liberar altas somas de dinheiro em ações nas quais não teria competência para atuar. Se o procedimento tivesse de ser aberto no tribunal local, esse magistrado seria julgado por uma corregedoria que recebeu 120 representações contra juí-

zes, só em 2007, e não puniu nenhum deles. Nessa corregedoria há vários procedimentos arquivados por decurso de prazo.

Como se vê, a atuação moralizadora do CNJ, que foi criado pela Emenda Constitucional 45 como uma resposta à crise da Justiça, incomoda muita gente – principalmente as cúpulas dos tribunais de segunda e terceira instâncias. A oposição contra o CNJ cresceu depois que a atual corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, acusou as corregedorias de serem ineptas, inoperantes e corporativas e propôs novas medidas para aprimorar investigações, por meio de parcerias com a Controladoria-Geral da União, a Receita Federal e os Tribunais de Contas.

Se acolher o recurso da AMB, reduzindo a pó as prerrogativas do CNJ e fortalecendo as desmoralizadas corregedorias judiciais, o STF estará promovendo um retrocesso institucional.

27 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Ações no STF querem barrar corregedoria

Competência do CNJ para avaliar ação de juízes federais é um dos temas em pauta na reunião do STF amanhã

Felipe Recondo / BRASÍLIA

Amudança na Constituição, proposta pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO), poderá anular os efeitos de uma possível decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela diminuição dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dois processos em tramitação no tribunal – um dos quais pode ser julgado amanhã – questionam a competência do CNJ de abrir processos contra magistrados antes de a investigação estar concluída no tribunal de origem desse juiz suspeito de irregularidade.

São grandes as chances, conforme ministros do Supremo, de prevalecer a tese de que o CNJ deve atuar de forma subsidiária ao trabalho das corregedorias nos Estados. Esse entendimento se basearia no texto atual da Constituição.

O Congresso poderia mudar o texto da Constituição e assim

deixar o CNJ livre para investigar e processar juízes suspeitos de irregularidades.

“Se o Supremo disser que a competência do CNJ é subsidiária, podemos aclarar o texto para dizer que essa competência é concorrente”, adianta Demóstenes Torres. “Nós mudamos o texto da Constituição e resolvemos o problema”, conclui.

Apesar de o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, ser um dos defensores da tese de que o CNJ deve atuar apenas como subsidiário das corregedorias locais nos processos administrativos, Demóstenes Torres diz não esperar resistência no Congresso à aprovação da PEC.

“Acho que hoje esse assunto é uma coisa mais corporativa do Judiciário. E o Congresso tem caminhado contra essa postura”, afirma o senador.

Um dos processos que aguardam julgamento no Supremo pode determinar que o CNJ só atue depois que a investigação contra um magistrado se esgote na corregedoria do tribunal onde esse juiz atua.

Se essa tese prevalecer, adiantou a corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon, uma grande parte das investigações em curso no CNJ será anulada.

O ESTADO DE S. PAULO

27 SET 2011

Acusado de participar de assalto a
albergue tem prisão decretada pela Justiça

MP avalia recurso contra anulação da Boi Barrica

Um atropelo no regimento interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento da Operação Boi Barrica mobiliza setores do Ministério Público Federal a recorrer da decisão que anulou todas as provas obtidas contra o empresário Fernando Sarney, filho do senador José Sarney (PMDB-AP).

A escolha do ministro Marco Aurélio Bellizze para participar extraordinariamente do julgamento da 6.^a Turma do STJ provocou estranhamento de alguns ministros. Eles argumentam que o regimento é expresso ao determinar a ordem de convocação dos ministros de uma turma para participar do julgamento em outra.

Pelo texto, seriam chamados "para completar quórum (...) em uma das turmas, ministros de outra turma, de preferência da mesma seção", sendo observada, "quando possível, a ordem de antiguidade" dos ministros.

Por essa regra, conforme a assessoria do STJ, deveria ter participado da sessão a ministra Laurita Vaz, a segunda mais antiga da 5.^a Turma, que ocuparia na sessão a vaga aberta com a ausência do ministro Og Fernandes, o segundo mais antigo da turma que estava desfalcada.

Trata-se de mais um ponto que leva ministros a desconfiarem da decisão célere dos colegas de abafar o caso envolvendo o filho do senador José Sarney. Outra estratégia do MP seria procurar alguma omissão ou contradição da decisão ou recorrer diretamente ao STF.

Um homem acusado de ter participado do assalto ao Albergue Arco-Verde, na Ladeira do Leme, zona sul do Rio, no domingo, teve a prisão pedida pela Polícia Civil e decretada pela Justiça ontem. Até o início da noite, porém, ele não havia sido preso.

A polícia não divulgou o nome do acusado nem informou como foi identificado. Ontem, também foi produzido e divulgado o retrato falado de outro acusado de participar do assalto. Esse, no entanto, ainda não foi identificado.

Segundo a polícia, cinco homens armados invadiram o albergue e assaltaram os 25 hóspedes, entre brasileiros, espanhóis, franceses e israelenses. Os ladrões levaram laptops, celulares, documentos, roupas e dinheiro.

JUSTIÇA

Condenados 4 acusados de roubar joalherias

A Justiça de São Paulo condenou, na quarta-feira, quatro acusados de participar do assalto a duas joalherias no Santana Parque Shopping, na zona norte da capital paulista, em agosto de 2010. Eles roubaram joias, relógios e dinheiro das empresas JK Alianças e Casa das Alianças, totalizando R\$ 251 mil em prejuízos. Na fuga houve troca de tiros entre assaltantes, seguranças do shopping e a polícia. Um segurança morreu e outro ficou ferido. Segundo a polícia, outras dez pessoas não identificadas participaram do roubo.

GUARUJÁ

Babá que foi flagrada agredindo bebê é presa

Uma babá de 31 anos, acusada de agredir uma criança de 1 ano e 8 meses no Guarujá, foi presa e transferida para Cadeia Feminina de Santos. A mãe do garoto só acreditou nos

maus-tratos após instalar duas câmeras na casa. Nas imagens, a funcionária aparece puxando por um braço e o empurrando. Na delegacia, a babá disse que sabia da existência das câmeras, mas que não achava que estava fazendo algo errado.

TRE muda prazo para recadastrar os eleitores de Curitiba

Quem nasceu em janeiro, fevereiro e

março deve

comparecer até 31 de

outubro para cadastrar digitais

172,4 mil eleitores

nascidos em janeiro, fevereiro e março ainda não compareceram ao TRE para fazer o recadastramento eleitoral.

R\$3,51

27 SET 2011

é o valor da multa que o eleitor terá de pagar, caso perca os novos prazos para se recadastrar no TRE-PR.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) mudou os prazos do recadastramento biométrico. Os eleitores que votam em Curitiba e nasceram em janeiro, fevereiro e março devem ir ao TRE até 31 de outubro. Quem não comparecer neste prazo, terá dificuldades para fazer o recadastramento – que é obrigatório na capital paranaense.

Desde o início do processo, a orientação do tribunal era de que todos os eleitores – independentemente do mês que nasceram – poderiam comparecer até o fim do prazo (20 de janeiro de 2012). Essa orientação deixou de vigorar neste fim de semana. A mudança é para que não haja filas no começo do ano que vem.

A assessoria de imprensa do TRE-PR informou que o órgão tem autonomia para alterar a forma de convocar os eleitores. Aproximadamente 172,4 mil eleitores nascidos em janeiro, fevereiro e março ainda não fizeram o recadastramento.

Do 1,3 milhão de eleitores da capital, 565 mil fizeram o recadastramento. Faltam menos de 4 meses para o término do prazo para que todos os votantes cadastrem suas impressões digitais no TRE. O

tribunal afirmou que não terá condições de atender todos os que deixarem para comparecer ao TRE em janeiro e por isso resolveu dificultar o processo para quem for ao órgão na última hora.

O eleitor que não comparecer ao TRE-PR terá o título cancelado e não poderá votar nas eleições municipais de 2012. O recadastramento biométrico permitirá o reconhecimento do eleitor por impressão digital e foto, dificultando as fraudes.

Novos prazos

Quem nasceu entre janeiro e março deve comparecer até 31 de outubro. Eleitores que votam em Curitiba e nasceram em abril, maio e junho serão convocados para irem ao TRE até novembro. Quem faz aniversário no terceiro trimestre será chamado até dezembro e os aniversariantes do quarto

trimestre serão convocados em janeiro.

O TRE alertou que os eleitores podem adiantar o recadastramento, ou seja, quem nasceu entre abril e dezembro pode ir ao TRE antes do novo prazo. O que não pode ocorrer é passar da data-limite estipulada pelo órgão.

Solicitação

Se os eleitores nascidos em janeiro, fevereiro e março não fizerem o recadastramento biométrico até 31 de outubro, terão de fazer a solicitação de restabelecimento de inscrição. Nessa situação, um juiz eleitoral irá analisar o caso e autorizar o cadastramento. Esse eleitor ainda estará sujeito ao pagamento de multa R\$ 3,51.

O eleitor deve agendar o atendimento pelo site do TRE-PR para agilizar o processo e evitar filas. O órgão tem capacidade para atender até 12 mil pessoas por dia.

INTERATIVIDADE

Você fez o recadastramento eleitoral fora do prazo? Por quê?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

SERVIÇO

A Central de Atendimento ao Eleitor do TRE-PR funciona diariamente – inclusive sábado e domingo – das 8h30 às 18h30. O endereço é Rua João Parolin, 55, Prado Velho, Curitiba. A página na Internet para marcar um horário é o www.tre-pr.jus.br/agendaBiotmetria/publico.

27 SET 2011

GAZETA DO POVO

Para chefe da CGU, Supremo beneficia demais os réus

Ministro da Controladoria-Geral da União critica a interpretação do STF sobre a presunção de inocência, que está impedindo prisões de condenados

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, criticou ontem a forma como o Supremo Tribunal Federal (STF) tem interpretado o princípio da presunção de inocência. Na avaliação do ministro, esse recurso tem favorecido demasiadamente as versões apresentadas pelos réus. "O entendimento do Supremo sobre a forma como a atual legislação aborda a presunção de inocência favorece demais ao réu. A cadeia simplesmente não existe enquanto prevalecer essas regras", disse Hage.

O ministro elogiou a iniciativa do presidente do STF, Cezar Peluso, que apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo a redução do número de recursos a que o réu tem direito antes de ir à prisão. A PEC 15/2011 permite a execução imediata de sentenças de segunda instância, e o réu só seria libertado após decisão de tribunais superiores. Caso a proposta seja aprovada pelo Congresso, "a prisão [do réu

suspeito] passa a ocorrer após a condenação pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Regional Federal, que é a segunda instância", explicou Hage. Atualmente, o réu ainda pode recorrer, em alguns casos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao próprio STF.

Inidôneas

A CGU já contabiliza 2.580 empresas declaradas inidôneas devido a irregularidades. De acordo com o Portal Transparência, 2.390 delas já foram suspensas e não podem participar dos processos de licitação promovidos pelo governo federal. Os números foram apresentados ontem por Hage, durante o 32.º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna. Ele falou ainda sobre os desafios da CGU para executar o controle

interno das contas governamentais: a superação da "resistência" à troca de dados entre diferentes órgãos anticorrupção e a melhor exploração dos recursos tecnológicos modernos.

"O entendimento do Supremo sobre a forma como a atual legislação aborda a presunção de inocência favorece demais ao réu. A cadeia simplesmente não existe enquanto prevalecer essas regras."

Jorge Hage, ministro da Controladoria-Geral da União.

27 SET 2011

GAZETA DO POVO

ADVOCACIA

OAB abre inscrições para Exame de Ordem

■ A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) abriu ontem as inscrições para mais um Exame de Ordem. As inscrições custam R\$ 200 e podem ser feitas até o dia 10 de outubro. O 5.º Exame de Ordem Unificado, como é chamado, terá a primeira fase (objetiva) no dia 30 de outubro e a segunda fase (prático-profissional) em 4 de dezembro.

As inscrições podem ser feitas no site da OAB (www.oab.org.br) ou no site da FGV Projetos (www.fgv.br/fgvprojetos), responsável pela prova. No momento da inscrição, o candidato precisa optar pela cidade onde fará o exame e pela área jurídica da prova prático-profissional. São elas: direito administrativo, civil, constitucional, do trabalho, empresarial, penal ou tributário.

CLANDESTINOS

OAB mediará pedido de asilo de nigerianos

■ A Comissão Nacional de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anunciou, ontem, que vai intermediar o pedido de asilo político a nove nigerianos mantidos presos há uma semana em um navio de bandeira turca, em Paranaguá, no litoral do estado. O grupo viajou clandestinamente e foi impedido pela Polícia Federal (PF) de desembarcar em solo brasileiro. Além do Ministério da Justiça, também será acionado o comitê da Organização das Nações Unidas para refugiados. "O pedido de asilo teria que ser feito individual e pessoalmente, em Brasília", disse o advogado membro da comissão da OAB, Dálio Zippin Filho.

NOTA POLITICA

Sem tempo

Se o PSD conseguir convencer o TSE a registrá-lo, o 28.º partido brasileiro enfrentará dificuldades típicas de siglas nanicas.

Recém-criado, terá pouquíssimo tempo assegurado na propaganda eleitoral. O TSE retoma hoje o julgamento no qual decide se o partido terá ou não registro. Até agora a relatora, Nancy Andrichi (foto), votou a favor da legenda e o ministro

Teori Zavascki concluiu que o processo deveria ser convertido em diligência. Se for realmente criado, o PSD deverá ter cerca de 50 deputados federais, mas pode ficar com um espaço restrito no horário eleitoral gratuito porque a divisão do tempo é feita com base na bancada eleita pela legenda e não pela que tem atualmente.

Carlos Humberto/TSE



CURSO DE EXTENSÃO

Mandado de segurança

- ▶ DATA: dias 1.º, 8 e 22 de outubro (manhã e tarde).
- ▶ PALESTRANTES: Marcus Bittencourt, William Pugliese e Cristina Leitão Teixeira de Freitas.
- ▶ PÚBLICO-ALVO: alunos da graduação em Direito e profissionais da área.
- ▶ REALIZAÇÃO: Grupo Educacional UniBrasil (Faculdades Integradas do Brasil).
- ▶ LOCAL: Pós-Graduação da UniBrasil (Faculdades Integradas do Brasil). Rua Konrad Adenauer, 422, Tarumã.
- ▶ INFORMAÇÕES: (41) 3361-4271.

GAZETA DO POVO

PRECISO
DO SEU
APOIO PRA
MINHA
CANDIDATURA!

27 SET 2011

TIAGO RECCHIA



27 SET 2011

METRO

TRE pode cancelar 172,3 mil títulos

► Nascidos no primeiro trimestre têm último prazo para se recadastrar

Até ontem, 172.378 eleitores de Curitiba nascidos nos meses de janeiro, fevereiro e março ainda não tinham feito recadastramento biométrico. Eles terão seus títulos cancelados se não comparecerem até o dia 31 de outubro de 2011.

O prazo original encerrou-se dia 31 de julho. Quem estiver nessa situação deve comparecer o mais breve possível à Central de Atendimento ao Eleitor, localizada na rua João Parolin, 55, Prado Velho, que funciona de segunda a domingo, das 8h30 às 18h30, e solicitar uma revisão eleitoral.

Segundo o TRE, o comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado. Na eleição municipal do ano que vem, só poderão votar eleitores com identificação biométrica. ● METRO CURITIBA

Novo título

Desde março, os eleitores de Curitiba estão sendo recadastrados.

► Sistema biométrico

Identifica o eleitor através das impressões digitais

► Agendamento

A melhor opção para fazer o recadastramento é agendar o horário pela internet (www.tre-pr.jus.br)

► Estacionamento

O TRE oferece estacionamento grátis para os eleitores com agendamento

► Documentos

Título atual, identidade, CPF e comprovante residencial

1,3 milhão de eleitores tem o colégio de Curitiba. Tribunal quer todos recadastrados até janeiro de 2012.

27 SET 2011

METRO

Advogado pode pedir asilo para nigerianos

O advogado Dalio Zippin Filho, da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), pode pedir asilo político para os nove nigerianos que estão em um navio na baía de Paranaguá.

Eles foram impedidos de desembarcar pela Polícia Federal, já que não têm nenhum tipo de documento. "Eles dizem que são cristãos e estão fugindo de perseguição religiosa. Estamos aguardando a posição da empresa [dona do navio] e do Ministério de Relações Exteriores, para poder dar início ao processo", afirmou Dalio.

Eles estão sob a guarda dos donos do navio, de bandeira turca, que os mantêm em salas com barras de ferros soldadas e sem banheiros. Cinco deles estariam violentos. ● METRO CURITIBA

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

27 SET 2011

Auxílio livro

Magistrados querem agora um auxílio livro de R\$ 3 mil. Como houve um acidente ano passado com a "fábrica de gelo" de um desembargador que inundou três andares, entre os quais o da biblioteca e também um piano, acredita-se que estão querendo restabelecer o acervo bibliográfico.

INFORME

Ubiratã

O Ministério Público (MP) do Paraná entrou com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Ubiratã (Centro-Ocidental), Fábio de Oliveira D'Alécio, e outros três membros da administração. O MP sustenta que uma empresa formada por servidores públicos participou de licitações promovidas pelo Executivo, tendo saído até vencedora em algumas disputas.

Justiça concede reintegração de posse à Cohab

Londrina - A 2ª Vara da Fazenda de Londrina concedeu ontem à Companhia de Habitação (Cohab-LD) liminar de reintegração de posse das 25 casas invadidas no Jardim Felicidade (Zona Norte). A Justiça também determinou o interdito proibitório das outras 20 casas que estão sendo construídas no local. Até o início da noite de ontem, o presidente da Cohab, João Verçosa, não havia sido comunicado oficialmente sobre a decisão.

27 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juízes ameaçam greve por reajuste

São Paulo - A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) voltou a defender ontem que o governo federal inclua o reajuste salarial aos juízes no plano orçamentário de 2012. Na proposta enviada ao Congresso Nacional, o Planalto não havia previsto o reajuste. Após pressão do Judiciário, a presidente Dilma Rousseff encaminhou uma mensagem contemplando o aumento, mas depende da aprovação dos parlamentares.

Segundo o governo, a proposta do Judiciário terá um impacto de R\$ 7,7 bilhões aos cofres públicos. Para a Ajufe, porém, o reajuste se trata de recomposição salarial. "Estamos há mais de seis anos sem reajuste salarial. A defasagem já atinge o percentual de 20%", afirma a nota, que é assinada pelo vice-presidente da entidade, Fernando da Costa Tourinho Neto. "Temos de tomar medidas corajosas, drásticas, para valer os nossos direitos; vamos fazer com que a Constituição seja respeitada, demonstrando que vivemos numa ordem de Estado de direito democrático legitimada pelo povo. Temos de ir à greve!".

Na semana passada, o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), na Praça dos Três Poderes, em Brasília, ficou cercado por juízes e procuradores que pediam aumento de salários.

27 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Índice de aprovação na OAB fica em 14,8%

No Paraná, apenas UFPR e Fundinorpi conseguiram aprovar 50% ou mais de seus bacharéis

Curitiba - Segundo dados preliminares divulgados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o 4º Exame da Ordem Unificado, o primeiro realizado em 2011, aprovou 18.002 candidatos, o que representa apenas 14,8% do total de inscritos. No geral, foram recebidas 121.380 inscrições. Compareceram à primeira etapa 119.255 candidatos, dos quais 21.974 foram aprovados. O número de participantes na segunda etapa do exame foi de 21.818. No exame anterior tinham sido reprovados nove em cada dez bacharéis, o que levou a OAB ao pior resultado da história: 9,74% dos candidatos foram aprovados.

Apesar do crescimento, o índice ainda é muito pequeno. Nenhuma instituição atingiu 70% de aprovação. Entre as três primeiras estão Universidade Federal do Sergipe (UFS), com 69,44%, em seguida aparece a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 64,71%, e em terceiro está a Universidade de São Paulo (USP), com 63,76%.

No Paraná, apenas duas instituições conseguiram aprovar 50% ou mais de seus bacharéis em Direito no exame deste ano: Universidade Federal do Paraná (UFPR), com 59,18% de aprovação, e a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (Fundinorpi), de Jacarezinho, com 50%.

Outras instituições renomadas como as universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Ponta Grossa (UEPG) não passaram dos 40% de aprovação.

Conforme a OAB, foram retiradas do ranking as estatísticas das faculdades e universidades que tiveram menos de dez participantes do concurso. De todas as instituições

avaliadas, apenas três entre as 50 melhores colocadas são particulares: Universidade Salvador (Unifacs-BA) em 26º, Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC-MG) em 29º, e União das Escolas do Grupo Faimi de Educação (Faimi-SP), que ficou em 46º lugar. A instituição particular paranaense mais bem colocada no ranking foi a Faculdade Inte-

gradas do Brasil (Unibrasil), na 81ª posição.

Segundo o presidente da OAB-Paraná, José Lúcio Glomb, "o resultado revela uma melhoria, mas ainda é cedo para se cobrar um resultado expressivo já que o resultado do exame anterior foi muito ruim". Glomb também destaca que houve uma modificação no exame, com a redução das questões nas provas objetiva e prática, e que isso deve ter favorecido uma aprovação maior.

Segundo concurso

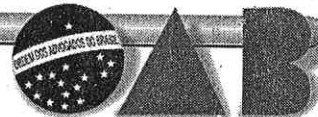
A OAB já está recebendo as inscrições para o 5º Exame de Ordem Unificado, o segundo realizado neste ano. A inscrição pode ser realizada pelo site www.oab.fgv.br, até as 23h59 do dia 10 de outubro.

EXAME DA OAB

Instituições do PR entre as 150 melhores

RANKING

Confira as universidades e faculdades mais bem colocadas



Colocação geral	Instituição	Porcentagem de aprovação no exame
6º	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba	59,18%
17º	Fac. Est. de Direito do Norte Pioneiro - Jacarezinho	50%
43º	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	36,36%
49º	Univ. Est. do Oeste do Paraná (Unioeste) - Mal. C. Rondon	33,33%
60º	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	30,37%
71º	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	26,27%
81º	Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil) - Curitiba	25,16%
103º	Universidade Positivo - Curitiba	21,97%
109º	Unioeste - Francisco Beltrão	21,05%
110º	Faculdade Internacional de Curitiba	20,93%
115º	Centro Universitário Franciscano do PR/FAE - Curitiba	20,69%
122º	Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) - Curitiba	19,75%

27 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Babá acusada de agredir criança está presa em SP

Zuleide de Barros
Agência Estado

São Paulo - Já está presa na Cadeia Feminina de Santos, no Litoral de São Paulo, a babá acusada de torturar uma criança de apenas 1 ano e 8 meses, no Guarujá. A mãe do garoto só acreditou nos maus-tratos após instalar duas câmeras no interior de sua residência, no condomínio Cidade Atlântica, quando constatou imagens estarrecedoras: a mulher de 31 anos, que parecia dócil na sua frente, empurrava o menino com brutalidade e até o puxava por apenas um braço, com violência, comprometendo a integridade física da criança.

A desconfiança da mãe só

começou depois que vizinhos alertaram de que a babá estava agredindo o garoto. Chegou a dar tapas no rosto do menino, quando passeava com ele pelo condomínio.

Diante da denúncia, a mãe resolveu instalar duas câmeras em sua casa, fato que era do conhecimento da babá, que tinha um comportamento na frente da patroa e outro quando estava sozinha com o menino.

Abalada com as imagens, a mãe, que não quer se identificar, denunciou o fato à Polícia. O delegado Carlos Schneider, da delegacia-sede de Guarujá, indiciou a babá por tortura, solicitando, de imediato, sua prisão preventiva.

Schneider ficou surpreso com o comportamento da mulher, que demonstrou frieza durante o interrogatório. Ela disse que sabia da existência das câmeras, mas que não se preocupou com o fato, por entender que os safanões eram algo normal e que não estava fazendo nada de errado.

Afirmou que nunca deixou marcas no menino, que era cuidado por ela desde os dois meses de idade. A própria mãe do menino demorou a acreditar na denúncia dos vizinhos, tanto que instalou as câmeras dentro da residência, já que trabalhava o dia inteiro e, nos momentos que estava em casa, a babá tratava muito bem do garoto.

FOLHA DE LONDRINA

Abuso em criança é qualificado como tortura

27 SET 2011

São Paulo - A Anistia Internacional caracterizou como "tortura" os abusos sofridos por milhares de crianças na Irlanda, em relatório divulgado ontem. O texto, assinado pelo diretor-executivo da organização, Colm O'Gorman, tenta explicar por que tantos menores sofreram um tratamento "degradante" e "desumano" durante décadas no país. "As crianças foram torturadas. Foram tratadas brutalmente: espancadas, esfo-meadas e abusadas. Houve pouca justiça para essas vítimas", disse o dirigente.

Nos últimos anos, investigações judiciais detalharam casos de abusos sexuais, físicos e psicológicos, desnutrição e espancamentos cometidos por funcionários de instituições administradas pelo Estado irlandês e pela Igreja Católica.

O documento de investigação da Anistia "À Vista" ("In Plain Sight") foi acompanhado por uma pesquisa que mostrou que a maioria do povo irlandês considera que a sociedade tem sua parte de responsabilidade no ocorrido.

A pesquisa revela que 85% da população considera que os membros individuais da sociedade poderiam ter feito algo para proteger estas crianças.

"O abuso de milhares de crianças irlandesas é, talvez, a maior tragédia humanitária na história do país.

FOLHA DE LONDRINA

MARCOS ANTONIO TORDORO 27 SET 2011

Resignação, educação, punição e polícia

Está faltando punição. A corrupção é avassaladora e a impunidade incentivadora. Educação é muito importante, mas se não houver a punição adequada e vigorosa, muito se fará em vão. Uma das necessidades do brasileiro, na maioria esmagadora, é se dar bem. Tem como núcleo o engano, a dissimulação. São as pequenas circunstâncias do cotidiano que demonstram a natureza e as intenções do cidadão que quer um país diferente, todavia não se dá conta de seus afazeres como parte integrante do processo de mudança.

O Brasil tem que educar melhor e punir com mais rigor e energia, sem que os privilégios se proliferem como se constata atualmente. Tem que haver dureza nas ações de polícia (judiciária, administrativa, sanitária, tributária, fiscal, etc). Os organismos devem funcionar com a nítida missão de punir para prevenir. Campanhas educativas, no que tange ao acatamento de leis, já não têm espaço no rol de necessidades da nossa sociedade, corrompida e contaminada pela impunidade e pela corrupção. Seja nos palácios, mansões, barracos, no Congresso, em assembleias legislativas ou nas câmaras municipais, poucos temem a lei ou julgamento dos eleitores ou do Judiciário, dado que continuamos a constatar as falcatruas e desvios de dinheiro público. Os holofotes se voltam para a classe política, mas muitos cidadãos estão envolvidos com os esquemas, tanto na esfera privada ou na pública.

A imprensa tem a informação. As revistas denunciam, semanalmente, as tramoias e as coisas continuam acontecendo em detrimento do resignado povo brasileiro. Dias atrás, numa abordagem policial de rotina, quando um condutor veicular avançara o sinal vermelho, constatou-se, além da infração citada, que o veículo não estava licenciado. Indignado com o que acontecia o referido condutor indaga o policial, perguntando se o referido agente público, realmente, iria notificá-lo pelas infrações constatadas, pois que havia acabado de chegar ao Brasil oriundo de um país europeu. O policial, então, pergunta ao condutor se tal infração tivesse sido consi-

tatada no país de onde acabara de regressar, qual seria a medida de um policial daquela localidade. A resposta surpreende o policial que escuta do condutor que lá ele toma todo cuidado possível, visto que se cometer infração dessa natureza "fica preso uns 15 dias". Qual o segredo daquele país: a cordialidade e a educação policial ou a punição firme e rigorosa?

Esse fato é verídico, mas é apenas um exemplo (não falamos do Código Penal, nem tampouco do Estatuto da Criança e do Adolescente) das reações do brasileiro e nos remete à reflexão da necessidade de se punir com rigor e acabar com os benefícios da lei penal para o criminoso que é condenado pela prática de um crime de pequeno, médio ou grande potencial ofensivo. Tem-se que refletir na necessidade de se investir em penitenciárias e na mudança da legislação penal e processual penal e na lei de execuções penais. Preso tem muito benefício. Pena de

prisão tem que ser castigo, não pode haver qualquer tipo de estímulo para que um indivíduo se acostume a voltar para prisão.

Os abusos dos agentes públicos devem continuar a ser combatidos e rechaçados com rigor e com as agravantes pertinentes, independente da graduação, posto ou função do funcionário público. O combate ao crime tem que começar nas pequenas faltas, e que as grandes sejam atacadas com braço forte e punho cerrado. Quem tem que ter medo é o criminoso, aquele que anda à margem da lei.

A punição deveria ser uma certeza na sociedade brasileira, assim como é em algumas nações pelo mundo. Que a resignação e a tolerância fiquem para trás e que o eleitor brasileiro escolha homens e mulheres de coragem para mudar. Tomemos cuidado com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas, belíssimas inspirações de superação e disciplina, mas que não podem ocultar a malandragem e as fraudes, cujas vítimas poderão ser os cidadãos brasileiros.

6 *Pena de prisão tem que ser castigo, não pode haver qualquer tipo de estímulo para que um indivíduo se acostume a voltar para prisão*

MARCOS ANTONIO TORDORO
é comandante da 1ª Companhia de Polícia Militar de Rolândia

27 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

Pré-cadastro de recursos

A partir do próximo dia 30 de setembro, as petições de agravo de instrumento, mandado de segurança e habeas corpus endereçadas ao Tribunal de Justiça só serão recebidas pelo Centro de Protocolo Judiciário se efetivado o pré-cadastro de recursos e ações de competência originária do Tribunal no Sistema de Pré-Cadastro Eletrônico. O Órgão Especial do Tribunal editou, no dia 15 de agosto deste ano, a Resolução nº 14 - OE, que disciplina o novo procedimento. Conforme a Resolução, ainda que as petições de agravo de instrumento, mandado de segurança e habeas corpus sejam encaminhadas via Sistema de Protocolo Integrado, Correios, transmissão de dados e imagens tipo fac-símile, e-mail ou outro similar, é necessário o pré-cadastro que deve ser feito no endereço eletrônico: www.tjpr.jus.br>Serviço s>Advogados>SistemadePré-Cadastro.

Novas Varas

No próximo dia 5 de outubro serão instaladas duas novas Varas: a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da comarca de entrância final de Guarapuava, às 17h e da 2ª Vara Criminal da comarca de entrância intermediária de Apucarana, às 16 horas.

Estatização

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto, e o coordenador do processo de estatização e instalação de varas do TJ desembargador Guilherme Gomes, conduziram na quinta-feira (22) a solenidade de estatização da escrivania cível da Comarca de Reserva. Participaram da solenidade o prefeito Frederico Hornung; o juiz diretor do Fórum, Marcos Rogério César Rocha; a juíza de Direito Noeli Salete Tavares Reback, representando a Amapar; e Willian Buchman, promotor de Justiça da Comarca.

Convocação

Os desembargadores Antonio Martellozzo e José Augusto Gomes Aniceto foram convocados para, a partir do dia 14 de setembro, substituírem no Órgão Especial respectivamente os desembargadores Jorge de Oliveira Vargas, durante o período de seu afastamento) e João Kopytowski, junto ao cargo vago em decorrência de sua aposentadoria. Também o desembargador Carlos Mansur Arida foi convocado para substituir o desembargador Telmo Cherem tendo em vista sua assunção, em substituição, na 2ª vice-presidência..

Correições

A Corregedoria-Geral da Justiça realiza correição em todos os ofícios judiciais e extrajudiciais da comarca de Icaraíma no próximo dia 26 de setembro, em Xambrê, dia 27 e em Umua-rama dias 28 a 30.

CONTINUA

27 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Chá beneficente

Na próxima quinta-feira (28), a partir das 14h, acontece no salão azul do Clube Curitibano evento beneficente em prol do Centro de Educação Infantil "Maria José Coutinho Camargo". Promovido pelas senhoras dos magistrados, amigas e colaboradoras o chá da tarde terá desfile de moda da nova coleção de F. Bertelli. Os convites podem ser adquiridos no Cerimonial do Tribunal de Justiça (3200-2171 / 3200-2880), na Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar (3017-1620/ 3017- 1623 e na Creche (3254-5832) do TJ. O Centro de Educação Infantil Maria José Coutinho Camargo atende os filhos dos servidores do Tribunal de Justiça com idades entre 4 meses e 6 anos, das 11h às 20h. A Escola que irá completar 30 anos em novembro, conta com aproximadamente 130 alunos e funciona no bairro São Lourenço, em Curitiba.

Plantão Judiciário

Os juízes de Direito Jailton Juan Carlos Tontini (1º grau) e Rui Portugal Bacellar Filho (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 26/9/2011 a 3/10/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

27 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Alunos de Direito se destacam no Projeto Horizontes

O arquivo provisório do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) concentra cerca de 34 mil processos que estão parados na fase de execução por alguma razão. Só no Paraná, são cerca de 90 mil processos na jurisdição do Trabalho. Todos vinculados a uma das 22 Varas do Trabalho de Curitiba.

Com o objetivo de mapear todo o arquivo, tentar fazer conciliações e procurar meios para solucionar estes processos, o Desembargador Federal do Trabalho, Márcio Dionísio Gapski, idealizou o Projeto Horizontes. A proposta tem garantido novas perspectivas na execução trabalhista, tanto para alunos estudantes de Direito que têm uma visão conciliatória na prática, quanto para o próprio TRT pelo engajamento com a sociedade e pela nova visão diante dos processos, trazida pelos estudantes.

O convênio firmado entre a Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP) e o TRT-PR viabiliza que os alunos participem do Projeto Horizontes e já conquistam resultados importantes.

Em entrevista exclusiva para a FESP, o desembargador Márcio Gapski destaca que o trabalho dos acadêmicos é fundamental para o

sucesso do projeto. “Sob a ótica da faculdade, o projeto coloca seus alunos de Direito em contato direto com uma prática jurídica concreta, onde o aluno tem possibilidade de estudar os processos, analisá-los, conhecer todo o histórico e entender o que aconteceu, além de sugerir procedimentos para a completa entrega da prestação jurisdicional, ou seja, a satisfação do processo”, explica Gapski.

Luzi Meri Bonikiwski, que cursa o quinto ano de Direito na FESP revela que gostaria de ter participado mais tempo no projeto. “Como estou no meu último período, gostaria muito de continuar ou de ter tido mais tempo dentro das atividades. As possibilidades de conhecimento e aprendizado no Projeto Horizontes são enormes e considero tudo isso como uma ferramenta fundamental para a formação em Direito.

Conciliação

A Semana Regional de Conciliação, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) aconteceu de 22 a 26 de agosto, resultou em 1.030 acordos. “Cerca de 80% dos alunos que participam do Projeto Horizontes foi de alunos FESP”, comenta Gapski.

De acordo com dados do TRT, foram realizadas, no período, 2.001 audiências de 1º e 2º Graus, o que corresponde a um êxito de 51%. Em cinco dias foram realizados acordos que somaram R\$ 21.067.835,28.

Para o desembargador, a participação dos alunos durante a Semana Regional de Conciliação foi fundamental. “Estes alunos tiveram noção da relevância da atuação do advogado, de como as coisas são resolvidas. A maior parte dos processos que fizeram parte da Semana Regional da Conciliação está no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Estes alunos fizeram uma pesquisa de campo com excelente qualidade, buscando qual o conteúdo da sentença, conheceram praticamente todas as informações do processo”, diz o desembargador.

Segundo Gapski, os alunos foram responsáveis por levar o conteúdo dos processos ao Luiz, dando subsídios para argumentação. “Precisamos repetir esta ação, principalmente pela qualidade em que foi executada e pelos resultados conquistados. É preciso aumentar as possibilidades de audiência de conciliação com a participação de acadêmicos no auxílio ao juiz conciliador”, avalia o desembargador.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Juízes
cogitam
greve por
reajuste**

27 SET 2011

“A presidente da República peita o Supremo, ao não querer alterar a proposta orçamentária para dar reajuste salarial aos juízes”. Com estas palavras, o vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando da Costa Tourinho Neto, abre nota oficial da entidade, divulgada nesta segunda-feira (26/9). Ele disse que uma possível greve não está descartada caso o governo não atenda as solicitações de reajuste salarial dos magistrados.

Recentemente, a presidente Dilma Rousseff decidiu cortar o reajuste salarial de 14,79% para ministros, juízes e demais servidores do Judiciário, previsto na proposta orçamentária, mesmo depois de o Plenário do Supremo ter deixado claro que a sua proposta deveria ser integralmente incluída no orçamento de 2012, podendo ser reduzida apenas pelo Congresso Nacional.

Na semana passada, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, enviou ofício à presidente Dilma Rousseff para saber se ela pretendia mesmo ou não incluir no Projeto da Lei Orçamentária Anual o reajuste a juízes e servidores do Judiciário.

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus) entrou com Mandado de Segurança no Supremo, na segunda-feira (19/9), pedindo a inserção dos reajustes salariais do Judiciário no Projeto de Lei Orçamentária de 2012. Segundo o sindicato, representado pelo advogado Ibaneis Rocha, o governo desobedeceu a autonomia dos Poderes ao retirar a proposta de aumento. O relator do caso será o ministro Luiz Fux.

27 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Processo contra Raul Jungmann volta para 1ª instância

Em virtude do término do mandato de Raul Jungmann como deputado federal, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a baixa dos autos da investigação (Inquérito 2531) por supostas fraudes à lei de licitações contra o ex-parlamentar para o Juízo da 12ª Vara Federal do Distrito Federal.

O inquérito apura fatos que configurariam crimes de fraudes a licitações, peculato e corrupção ativa e passiva, em contratos de publicidade celebrados em 1998 e 2001 entre o Incra e duas empresas de comunicação. Tais contratos seriam de responsabilidade do ministro do Desenvolvimento Agrário, cargo ocupado por Jungmann à época dos fatos.

MURÁ

FURLAN E ÁRTHUR CÉSAR, JUIZES DO PARANÁ TAMBÉM NO "JABUTI"

O Prêmio "Jabuti", realização da Câmara Brasileira do Livro, contempla também obras de Direito. Neste ano, dois juizes federais do Paraná estão entre os finalistas: o juiz presidente da Associação Paranaense de Juizes Federais, Anderson Furlan, e o também juiz e associado da APAJUFE Arthur César de Souza. Os dois tiveram suas obras entre as dez finalistas do "Jabuti", cujo vencedor será conhecido no final do ano. Os livros vão agora para segunda etapa de julgamento por comissão especialmente escolhida pela CBL.

27 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Jorge Hage critica interpretação do STF

Ministro da CGU participou do 32º Congresso de Auditoria Interna

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, criticou ontem (26) a forma como o Supremo Tribunal Federal (STF) tem interpretado o princípio da presunção de inocência. Na avaliação do ministro, esse recurso tem favorecido demasiadamente as versões apresentadas pelos réus.

Hage, no entanto, elogiou a iniciativa do presidente da corte, Cezar Peluso, que propôs um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) – acatada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) – prevendo a redução do número de recursos a que o réu tem direito antes de ir à prisão.

A PEC nº 15/2011 permite a execução imediata de sentenças de segunda instância, e o réu só seria libertado após decisão de tribunais superiores.

“O entendimento do Supremo sobre a forma como a atual legislação aborda a presunção de inocência favorece demais ao réu. A cadeia simplesmente não existe enquanto prevalecer essas regras”, disse Hage, após participar do 32º

Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai).

Caso a PEC seja aprovada pelo Congresso Nacional, “a prisão [do réu suspeito] passa a ocorrer após a condenação pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Regional Federal, que é a segunda instância”, explicou.

27 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Vigilante do caso Bruno Coelho é detido

O último envolvido no assassinado do estudante Bruno Strobel Coelho Santos, 19 anos, foi preso por policiais da Delegacia de Vigilância e Capturas (DVC), na manhã de ontem, na frente do escritório de seu advogado, no Boqueirão. Dos sete acusados de participar do crime, o vigilante Leônidas Leonel de Souza, 33 anos, era o único que estava foragido.

Ele chegou a se apresentar no fórum de Almirante Tamandaré, durante o período eleitoral, quando só são permitidas prisões em flagrante. Há 15 dias, investigadores faziam campanha na Rua Isaías Regis de Miranda, depois de receber denúncia que Leônidas apareceria no escritório de seu advogado, que atende o acusado desde 2007. Segundo o delegado Marcelo Lemos de Oliveira, titular da DVC, o mandado de prisão preventiva foi renovado mês passado.

O vigilante foi indiciado por homicídio qualificado, tortura e ocultação de cadáver, e será encaminhado ao Centro de Triagem II, em Piraquara. Dos outros seis envolvidos no crime, Marlon Balem Janke, 33, e Douglas Rodrigo Sampaio Rodrigues, 29, foram condenados a 23 e 13 anos de prisão, em agosto do ano passado.



Leônidas era o último suspeito.

Eliandro Luiz Marconcini, 29, Roberto Prado Franchi, 34, Ricardo Cordeiro Reysel, 36, e Emerson Carlos Roika, 38, também presos desde 2008, aguardam julgamento.

Crime

Em outubro de 2007, Bruno foi flagrado por Marlon pichando o muro de uma clínica, no Alto da XV. O vigilante o deteve e pediu apoio a colegas da empresa de segurança. O jovem foi levado até uma oficina de motos, onde foi torturado por funcionários da Centronic. Bruno foi levado até o bairro Tranqueira, em Almirante Tamandaré, onde foi executado com dois tiros. O corpo foi encontrado uma semana depois.

CONJUR

TRFs desencaham 108 mil processos antigos

26 SET 2011

O mutirão do programa Judiciário em Dia, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região — que inclui as seções de São Paulo e Mato Grosso do Sul — encerrou os trabalhos na última quarta-feira (21/9) contabilizando 88 mil processos solucionados. Com esse resultado, praticamente se eliminou o estoque de processos antigos em tramitação na segunda instância. Somando aos 20 mil processos liquidados pelo TRF da 1ª Região, ao todo 108 mil processos foram resolvidos por meio do programa.

Implantado pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Conselho da Justiça Federal, o programa Judiciário em Dia visa o julgamento de processos antigos a fim de acelerar a tramitação das demandas judiciais e, assim, aumentar a eficiência dos serviços judiciários prestados à sociedade. Um dos processos julgados foi distribuído originalmente em 1984 e ficou parado por 14 anos só na primeira instância.

A corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, credita o sucesso do projeto à boa gestão dos processos e pessoas. “Além de julgar, também trouxemos uma forma de gerir processos, com metas, arquivos e critérios”, afirmou a ministra, durante encerramento do mutirão.

O mutirão do programa Judiciário em Dia foi criado pela Corregedoria Nacional de Justiça para acelerar os julgamentos na Justiça Federal. A força-tarefa tem o objetivo de agilizar a resolução de causas registradas no TRF da 1ª Região, que compreende as seções judiciárias do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins, bem como o TRF da 3ª Região.

Cada mutirão tem a duração mínima de seis meses, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade de cada TRF. Durante os trabalhos, desembargadores, juízes federais e servidores mobilizaram-se para julgar os processos antigos. A iniciativa também conta com a boa vontade dos demandantes da Justiça. No TRF-3, por exemplo, a Advocacia-Geral da União desistiu de 23% das ações e o INSS enviou servidores próprios para dar suporte às audiências. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça.*

CONJUR

STF decide imunidade de embalagens para exportados

26 SET 2011

A imunidade de ICMS, prevista no artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, alínea “a”, da Constituição Federal, vale também para embalagens produzidas para produtos destinados ao comércio exterior? A questão deve ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal depois que os ministros reconheceram, em votação no Plenário Virtual, a existência de Repercussão Geral em Recurso Extraordinário com Agravo.

O caso foi levado ao Supremo pela Adegráfica Embalagens Industriais Ltda., que questiona entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de que a desoneração tributária prevista no artigo 155 da Constituição Federal seria restrita às operações de exportação de mercadorias, não alcançando a saída de peças, partes e componentes no mercado interno, ainda que ao final venha a compor o produto objeto de exportação.

Para o autor do recurso, contudo, a regra desse dispositivo constitucional abrange toda a cadeia de produção da mercadoria exportada, englobando a compra e venda de componentes que resultam no produto comercializado para o exterior.

O relator do caso, ministro Dias Toffoli, disse entender que a matéria transcende o interesse das partes e possui grande densidade constitucional. Para o ministro, no recurso se discute a exata interpretação do conceito de operações que destinem mercadorias para o exterior para fins de incidência da regra da imunidade, prevista no artigo 155, parágrafo 2º, da Constituição.

“Considero ser necessário o enfrentamento por esta Corte do tema de fundo, com o fim de se estabelecer, com a segurança jurídica desejada, o alcance da imunidade em tela”, disse o ministro em seu voto, reconhecendo a Repercussão Geral na matéria.

A decisão do Plenário Virtual foi por maioria de votos. O ministro Marco Aurélio não reconheceu a existência de Repercussão Geral no tema. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Supremo.*

Recurso Extraordinário com Agravo 639.352

CONJUR

STJ nega HC a preso que queria mudar de regime

26 SET 2011

A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou Habeas Corpus a um homem preso há mais tempo do que devia no regime fechado. A justificativa dos ministros é que o preso precisa, além de cumprir o tempo necessário, provar que está apto para retornar ao convívio social por meio do cumprimento de tempo nos diferentes regimes. O recurso tentava fazer com que o homem fosse do regime fechado para o aberto, sem passar pelo semiaberto.

Ele foi condenado a 24 anos de prisão por latrocínio, por fatos ocorridos antes da nova redação da Lei de Crimes Hediondos (Lei 11.464/2007). Ele cumpre pena desde 2003. Segundo a defesa, a Justiça não avaliou o pedido de progressão de regime, do fechado para o semiaberto, a tempo. Se tivesse, afirmaram, o homem já teria cumprido requisito temporal para estar no aberto em dezembro do ano passado.

O HC foi impetrado justamente para corrigir essa situação que, segundo os advogados, foi causada pelo atraso na prestação jurisdicional. Assim, a defesa argumenta que o homem não pode ser prejudicado pela morosidade da Justiça, no caso, já que o cálculo para progressão de regime deveria ser feito a partir da data exata de sua ocorrência e não de seu deferimento pelo juiz.

A relatora do recurso no STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura, rejeitou os argumentos. Ela apontou que o cumprimento de pena se dá de forma individualizada. Ou seja: “para que o sistema progressivo cumpra a sua missão de ministrar a liberdade gradativamente, é imperioso que o condenado demonstre, a cada etapa, capacidade de retorno ao convívio social”.

Segundo a relatora, a pretensão da defesa, de aplicação da chamada progressão *per saltum*, diretamente do regime fechado ao aberto, sem cumprir o lapso temporal no intermediário, não é admitida pela jurisprudência do STJ. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

PARANÁ ONLINE

Pré-cadastro de recursos 26 SET 2011

A partir do próximo dia 30 de setembro, as petições de agravo de instrumento, mandado de segurança e habeas corpus endereçadas ao Tribunal de Justiça só serão recebidas pelo Centro de Protocolo Judiciário se efetivado o pré-cadastro de recursos e ações de competência originária do Tribunal no Sistema de Pré-Cadastro Eletrônico. O Órgão Especial do Tribunal editou, no dia 15 de agosto deste ano, a Resolução nº 14 - OE, que disciplina o novo procedimento. Conforme a Resolução, ainda que as petições de agravo de instrumento, mandado de segurança e habeas corpus sejam encaminhadas via Sistema de Protocolo Integrado, Correios, transmissão de dados e imagens tipo fac-símile, e-mail ou outro similar, é necessário o pré-cadastro que deve ser feito no endereço eletrônico: www.tjpr.jus.br>Serviços>Advogados>SistemadePré-Cadastro.

Novas Varas

No próximo dia 5 de outubro serão instaladas duas novas Varas: a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da comarca de entrância final de Guarapuava, às 17h e da 2ª Vara Criminal da comarca de entrância intermediária de Apucarana, às 16 horas.

Estatização

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, e o coordenador do processo de estatização e instalação de varas do TJ desembargador Guilherme Gomes, conduziram na quinta-feira (22) a solenidade de estatização da escrivania cível da Comarca de Reserva. Participaram da solenidade o prefeito Frederico Hornung; o juiz diretor do Fórum, Marcos Rogério César Rocha; a juíza de Direito Noeli Salete Tavares Reback, representando a Amapar; e Willian Buchman, promotor de Justiça da Comarca.

Convocação

Os desembargadores Antonio Martelozzo e José Augusto Gomes Aniceto foram convocados para, a partir do dia 14 de setembro, substituírem no Órgão Especial respectivamente os desembargadores Jorge de Oliveira Vargas, durante o período de seu afastamento) e João Kopytowski, junto ao cargo vago em decorrência de sua aposentadoria. Também o desembargador Carlos Mansur Arida foi convocado para substituir o desembargador Telmo Cherem tendo em vista sua assunção, em substituição, na 2ª vice-presidência..

Correições

A Corregedoria-Geral da Justiça realiza correição em todos os órgãos judiciais e extrajudiciais da comarca de Icaraíma no próximo dia 26 de setembro, em Xambrê, dia 27 e em Umuarama dias 28 a 30.

Chá beneficente

CONTINUA

CONTINUAÇÃO PARANÁ ONLINE

Na próxima quinta-feira (28), a partir das 14h, acontece no salão azul do Clube Curitibano evento beneficente em prol do Centro de Educação Infantil "Maria José Coutinho Camargo. Promovido pelas senhoras dos magistrados, amigas e colaboradoras o chá da tarde terá desfile de moda da nova coleção de F. Bertelli. Os convites podem ser adquiridos no Cerimonial do Tribunal de Justiça (3200-2171 / 3200-2880), na Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar (3017-1620/ 3017- 1623 e na Creche (3254-5832) do TJ. O Centro de Educação Infantil Maria José Coutinho Camargo atende os filhos dos servidores do Tribunal de Justiça com idades entre 4 meses e 6 anos, das 11h às 20h. A Escola que irá completar 30 anos em novembro, conta com aproximadamente 130 alunos e funciona no bairro São Lourenço, em Curitiba.

Plantão Judiciário

26 SET 2011

Os juízes de Direito Jailton Juan Carlos Tontini (1º grau) e Rui Portugal Bacellar Filho (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 26/9/2011 a 3/10/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767

CNJ

Relatório do Justiça ao Jovem será entregue a autoridades do Rio de Janeiro

26 SET 2011

O coordenador do Programa Justiça ao Jovem, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juiz auxiliar Reinaldo Cintra, entregará na próxima quinta-feira (29/09) o relatório sobre as visitas feitas em maio deste ano às unidades de internação fluminense. Cintra se reunirá com representantes dos poderes Executivo e Judiciário do Rio de Janeiro, responsáveis pela aplicação da medida socioeducativa de internação aos adolescentes em conflito com a lei.

O magistrado se encontrará, na parte da manhã, com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos. Na parte da tarde, o juiz se reunirá com Alexandre Azedo, diretor-geral do Departamento-Geral de Ações Socioeducativas – órgão que administra a execução das internações no Rio.

Internação - O coordenador do Justiça ao Jovem adiantou que o sistema socioeducativo no Rio de Janeiro apresentou significativas melhoras. O Programa Justiça ao Jovem foi criado pelo CNJ em junho de 2010 para avaliar as condições de internação dos adolescentes envolvidos em atos infracionais em todo o Brasil. Equipes do CNJ visitaram unidades de internação de praticamente todos os estados. O último é São Paulo, onde o trabalho deverá ser concluído em outubro.

No Rio de Janeiro, foram visitadas cinco unidades de internação – Centro de Atendimento Integrado, em Belford Roxo; Santo Expedido, em Bangu; e Educandário Santos Dumont, Instituto Padre Severino e Unidade João Luiz Alves, todos na Ilha do Governador. “Verificamos uma melhora significativa no sistema. Eles têm uma unidade que é problemática, por causa da superlotação. Mas estão começando a fazer a descentralização do atendimento com a construção de dois novos estabelecimentos para acolher estes menores no interior, nas cidades de Campos e Volta Redonda”, afirmou Cintra.

Novas unidades - Segundo explicou o juiz, atualmente os jovens apreendidos no interior do Estado são encaminhados para a capital do Rio, onde se concentram as unidades. Com a criação dos novos estabelecimentos, os adolescentes não precisarão ser mais deslocados. O maior benefício da centralização está em facilitar o acompanhamento da medida socioeducativa pelas famílias, o que contribui significativamente para a reinserção dos jovens à sociedade.

No encontro com as autoridades do Executivo e Judiciário, Cintra pretende sugerir ações para aperfeiçoar o sistema. “Vamos fazer recomendações, especialmente em relação a alguns procedimentos da vara da infância e juventude, no sentido de definir a competência para que a execução seja processada pelo juiz que tem a unidade de internação sob sua jurisdição”, enfatizou. Até o fim do mês, o CNJ deverá divulgar o relatório das visitas do Programa Justiça ao Jovem em outros três outros estados. São eles: Mato Grosso do Sul, Paraná e Mato Grosso.

CNJ

Servidores capacitados pelo CNJ vão difundir conhecimento em seus estados

26 SET 2011

Vinte servidores da Justiça oriundos dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Minas Gerais (TJMG), Rio de Janeiro (TJRJ), Pará (TJPA) e Pernambuco (TJPE) estarão, dentro de pouquíssimo tempo, prontos para capacitar mais servidores – entre analistas e técnicos judiciários - na técnica da mediação de conflitos. Tratam-se dos primeiros alunos do curso de formação de instrutores em mediação e conciliação promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com apoio da Secretaria de Reforma do Judiciário.

Encerrado na última sexta-feira (23/09), no auditório do TJDFT, em Brasília, o curso reforçou a importância da mediação e da conciliação como forma de resolução de litígios nas fases pré-processuais e processuais, padronizando os procedimentos que os tribunais deverão seguir para a resolução pacífica dos conflitos.

Compromisso - Após as 40 horas de aula, ministradas pelo juiz Andre Gomma, do Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação, do CNJ, e pelo servidor Marcelo Girade Correa, coordenador do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do TJDFT, os servidores assumiram o compromisso de replicar as informações recebidas, formando assim novos mediadores judiciais.

“Iniciamos a formação de uma rede de instrutores em mediação nos tribunais; a idéia é termos, até o próximo ano, de 150 a 200 instrutores nos tribunais estaduais”, afirmou Andre Gomma, que já na próxima semana começará a as aulas da 2ª turma, formada por integrantes de outras quatro unidades da Federação.

Satisfação – Na avaliação do membro da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ José Roberto Neves Amorim, responsável pela coordenação do Movimento Permanente Pela Conciliação, além de menos onerosa para o Estado, a solução dos conflitos por meio da conciliação pacífica e aumenta o grau de satisfação das partes envolvidas no processo. “Quando você judicializa o conflito, afasta a possibilidade de solução. Com um mediador habilidoso os acordos ocorrem de forma mais leve e direta”, ressaltou.

Já o corregedor-geral do TJDFT, desembargador Sérgio Bittencourt, destacou que o futuro da Justiça está “inexoravelmente vinculado à implantação e fortalecimento dos métodos integrativos de solução de conflitos”.

Durante o curso de formação de Instrutores de Métodos Consensuais de Resolução de Conflito os servidores assistiram palestras, tiveram acesso a exercícios que simularam problemas e treinaram as técnicas que devem ser utilizadas na mediação. A maioria dos funcionários escolhidos para o curso já possuía experiências anteriores com mediação ou conciliação, mas após o curso, ainda passarão por um estágio supervisionado.